

A VISITA SEM PROTOCOLO DO PRÍNCIPE

O Congresso Nacional recebeu ontem o príncipe Naruhito, herdeiro do trono japonês. As rígidas recomendações do protocolo imperial japonês foram quebradas. Garibaldi Alves disse que o príncipe se sentiu "inteiramente à vontade". 8



Comitiva do príncipe é formada por 50 pessoas, inclusive integrantes do teatro popular; Naruhito (D) conversa com o presidente do Senado, Garibaldi Alves

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.828 – Brasília, quinta-feira, 19 de junho de 2008

CCJ aprova novas regras para governos pagarem precatórios

A proposta que altera as normas para pagamento de precatórios em atraso foi acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Alvo de polêmica, o projeto substitutivo de Valdir Raupp vai ao exame do Plenário. Precatórios são as dívidas dos governos federal, estaduais e municipais que tiveram pagamento determinado pela Justiça. Segundo Raupp, os precatórios de estados e municípios em atraso somam R\$ 70 bilhões. 4

Comissão propõe fundo mundial para ambiente

Por unanimidade, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas aprovou o relatório final elaborado por Renato Casagrande. Entre as sugestões, a criação de uma comissão permanente no Congresso para tratar do tema, a instituição de um fundo ambiental mundial e o incentivo ao consumo consciente. 7



Renato Casagrande (E) apresenta relatório final; a seu lado, o presidente da comissão, deputado Ricardo Tripoli



Em Plenário, Passarinho (2º à dir.), Garibaldi (D), Mônica Freitas e Agaciél Maia

Passarinho recebe homenagem e revela o Brasil de seu sonho

"Até o último suspiro da minha vida terei a ambição de ver meu Brasil com uma sociedade solidária e fraterna." A afirmação foi feita pelo ex-senador Jar-

bas Passarinho ao receber o diploma de professor *honoris causa* da Unilegis. Garibaldi Alves destacou o papel de Passarinho na transição democrática. 2

Senado vota três medidas provisórias

Após 41 dias votando medidas provisórias e indicações de autoridades, o Plenário poderá destrancar hoje sua pauta. 3

Aumento para servidores na pauta de hoje

O Congresso faz reunião às 14h para analisar, em regime de urgência, projeto de concessão de reajuste a 800 mil servidores. 2

CI vai esperar sócios da Volo para ouvir Teixeira sobre Varig

O depoimento do advogado Roberto Teixeira à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) foi adiado a pedido do líder do DEM, José Agripino. Para a comissão, Teixeira deve ser ouvido em conjunto com os sócios brasileiros que compraram a Varig, impedidos de comparecer ontem. 3



Roberto Teixeira deixa o Senado depois de CI decidir que vai ouvi-lo com sócios da Volo

Jane Araújo

Márcio Kallume

José Cruz

Ao receber homenagem, ex-senador, ex-governador do Pará e ex-ministro diz, aos 88 anos, ainda ter a ambição de ver no Brasil uma sociedade solidária e livre

Jarbas Passarinho é professor *honoris causa* da Unilegis

AO RECEBER, EM cerimônia no Plenário, o diploma de professor *honoris causa* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), o ex-senador Jarbas Passarinho, de 88 anos, afirmou: "Até o último suspiro da minha vida, terei a ambição de ver meu Brasil com uma sociedade solidária e fraterna, mesmo nas divergências, e não mais exportador de sobremesa e de grãos e minérios brutos".

Passarinho frisou que, em seus 34 anos de vida pública, sempre defendeu os governos, até a eleição indireta dos presidentes pelo Colégio Eleitoral, sem imaginar que, no futuro, Tancredo Neves seria eleito por ele.

O ex-senador disse ter saudades da tribuna do Senado e citou nomes de senadores com os quais conviveu no exercício do mandato – como Paulo Brossard, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Franco Montoro, Marcos Freire, José Sarney e Petrônio



Passarinho (E), Cláudia Lyra, Agaciel, Garibaldi, Efraim, Vânia Maione e Bruno Dantas

Portela – e salientou: "Relembro os debates sobre matérias institucionais na fase turbulenta da vida nacional".

Em seu discurso, Passarinho também declarou sua admiração pelo filósofo italiano Norberto Bobbio.

– Bobbio é um dos poucos socialistas que admirei; dizia que falar de si é um dos vícios da idade avançada e que nunca viu um idoso que não acreditasse

viver pelo menos mais um ano – ressaltou.

Militar da Artilharia e político, Jarbas Passarinho exerceu três mandatos de senador pelo Pará (1967 a 1974, de 1975 a 1983 e de 1987 a 1995).

Nascido em Xapuri (AC), em 11 de janeiro de 1920, Passarinho foi governador nomeado do Pará de 1964 a 1966. Como senador, foi presidente da Casa de 1981 a 1983.

Presença nos principais acontecimentos políticos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que Jarbas Passarinho teve participação fundamental na transição democrática ao liderar articulações políticas para que o processo caminhasse da maneira menos traumática possível. As declarações de Garibaldi foram feitas em cerimônia durante a qual foi conferido ao ex-senador Passarinho o título de Professor *Honoris Causa* da Unilegis.

Garibaldi disse que Passarinho esteve presente nos principais acontecimentos políticos do país nas últimas décadas.

Paulo Paim (PT-RS) contou um episódio ocorrido na Assembléia Nacional Constituinte, no qual Passarinho leu e defendeu em Plenário documento elaborado por lideranças sindicais sobre o direito de greve, com a participação do então deputado e

hoje presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Na verdade, todos tinham na cabeça quem teria de defender o direito de greve, que está até hoje no texto da Constituição. Nós o chamamos e ele de pronto reuniu-se conosco: [era] o senador Jarbas Passarinho – relatou Paim.

Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou que era diretor da Polícia Federal, no governo Collor, e Passarinho ocupava o Ministério da Justiça. Tuma também citou a época em que o ex-senador exerceu o cargo de ministro da Educação, quando surgiu a questão dos excedentes – os que não conseguiam as vagas nas universidades – e Passarinho "conseguiu abrir as portas para que maior número de universidades fosse criado".

Essa medida possibilitará dar efetividade ao conjunto de ações que vêm sendo implementadas pelo governo federal em continuidade à política de melhoria salarial, com vistas a eliminar distorções ora existentes.

Após o encerramento da reunião do Congresso, o Senado deverá realizar sessão ordinária deliberativa.

O 1º secretário do Senado, Efraim Moraes, destacou a competência de Jarbas Passarinho no Ministério da Educação, "reconhecido até hoje como um marco na modernização do sistema de ensino brasileiro", declarou. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que ele é um dos nomes mais importantes do Senado brasileiro em toda sua história. Ressaltou ainda o papel de Passarinho como governador do Pará, de 1964 a 1967.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello; do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Aldir Passarinho Filho; do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Vilaça; o presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni; e o ex-ministro da Educação do governo FHC Paulo Renato, entre outros, participaram da homenagem.

Nova diretoria da Associação de Jornalistas do Senado toma posse

A nova diretoria da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado (Comsefe) tomou posse ontem, em solenidade realizada na Biblioteca Luiz Viana Filho. Romolo Mazzoccante Júnior foi eleito presidente e Nilo Bairros, vice.

Romolo, jornalista da TV Senado, disse que os meios de comunicação da Casa aproximam os cidadãos daqueles a quem investiram de um mandato, de forma que possam acompanhar sua prestação de contas.

O diretor-geral da Casa, Aga-

ciel Maia, ressaltou que representantes de países da América do Sul e da América Central vêm ao Brasil para conhecer o sistema de comunicação do Senado.

Na ocasião, José Nery (PSOL-PA) salientou a importância de uma comunicação institucional voltada para a valorização dos princípios constitucionais da liberdade e da livre manifestação. Também compareceram à posse os senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), Adelmir Santana (DEM-DF).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, o Congresso Nacional reúne-se para votar o aumento dos servidores. Em seguida, o Senado terá sessão deliberativa.

Direitos de pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza, às 9h, audiência conjunta com a Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência para tratar da Convenção sobre Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. Entre os convidados, os ministros Paulo Vannuchi e Celso Amorim.

Indicações de diplomatas

Reunião, às 10h, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para votar projeto que altera a apuração do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos dos serviços de transporte rodoviário entre o Brasil e o Paraguai. Na segunda parte da reunião, serão votadas indicações de diplomatas.

Projeto para desenvolver o Alto Solimões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h, audiência pública que visa instruir a mensagem do Executivo que trata da contratação de operação de crédito externo entre o estado do Amazonas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para financiar o projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões

Plano Nacional de Viação

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se para discutir e votar três projetos que tratam do Plano Nacional de Viação.

Debate sobre a energia dos ventos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debate, às 10h, a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética.

José Nery critica demissão de líder sindical da Nossa Caixa

José Nery (PSOL-PA) denunciou ontem como "mais um ataque à liberdade e à autonomia sindical" a demissão, em 8 de maio, de Dirceu Travesso, histórico líder da Nossa Caixa, banco vinculado ao governo do estado de São Paulo. Para o senador, demitir Travesso foi uma medida arbitrária, tomada sem nenhuma justificativa.

Militante sindical desde a época da ditadura militar, Dirceu Travesso foi ativista do movimento estudantil e um dos articuladores da fundação do PT e da Central Única dos



José Nery quer reintegração de sindicalista

Trabalhadores (CUT) nos anos 80. Também ajudou a fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Atualmente é dirigente da Conlutas.

Congresso vota hoje reajuste para 800 mil servidores

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 14h, para votar o projeto do Executivo (PL 5/08) que substituiu a Medida Provisória 430/08, que libera crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões para a concessão de aumento salarial para 800 mil servidores. A MP havia sido editada no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o uso

de medidas provisórias para créditos extraordinários.

O PL 5/08 foi apresentado após acordo firmado pelo governo com a oposição, em 20 de maio, para substituição da MP 430/08 por projeto de lei em regime de urgência.

Na sessão, o Congresso também deve analisar o PL 4/08, que amplia os limites de despesa no exercício de 2008.

Essa medida possibilitará dar efetividade ao conjunto de ações que vêm sendo implementadas pelo governo federal em continuidade à política de melhoria salarial, com vistas a eliminar distorções ora existentes.

Após o encerramento da reunião do Congresso, o Senado deverá realizar sessão ordinária deliberativa.



Foto de Moreira Mariz

ACM Júnior: contra "afrouxamento"

ACM Júnior critica proposta do Executivo

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) pediu que o Senado rejeite o Projeto de Lei Complementar 132/07, que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto do Executivo já foi aprovado na Câmara, onde, de acordo com o senador, "foram introduzidos elementos de afrouxamento ainda maior".

Para Antonio Carlos Júnior, a proposta visa, provavelmente, solucionar a situação do Rio Grande do Sul, onde o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado teriam ultrapassado seus limites de gastos com pessoal, o que impediria o Executivo gaúcho de contrair empréstimo junto ao Banco Mundial.



Mão Santa teme retrocesso

Elogios à Lei de Responsabilidade Fiscal e a FHC

Mão Santa (PMDB-PI) classificou a Lei de Responsabilidade Fiscal como o maior avanço na administração pública do país em 200 anos. O senador disse que, se hoje é possível comemorar os resultados positivos da economia, isso se deve à responsabilidade fiscal e à austeridade do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e dos ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e da Casa Civil Pedro Parente.

Para Mão Santa, hoje há prefeitos e governadores que querem facilidades para se endividar, e a inflação retornou, e esses dois fatores podem vir a representar um retrocesso econômico.

Projeto de lei que institui regime de tributação unificada para sacoleiros passa a ter preferência na pauta do Plenário, que inclui mais 82 proposições

Senado aprova MPs e libera mais dinheiro para o BNDES

O SENADO APROVOU ontem três medidas provisórias (MPs), mas ainda tem sua pauta obstruída por um projeto de lei com urgência constitucional. Trata-se da proposta que institui regime de tributação unificada para sacoleiros que trazem mercadorias do Paraguai.

A primeira MP acolhida pelos senadores foi a 420/08, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 12,5 bilhões, alocados pela União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão destinados a financiamentos para pequenas e médias empresas e a investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os defensores da MP, como Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltaram a importância de aumentar os recursos necessários à ampliação do parque produtivo e dos serviços de infra-estrutura.

A votação da MP, no entanto,



Foto de Gerardo Maggela

Governistas e opositoristas travam no Plenário mais um embate sobre MPs

foi mais uma vez objeto de questionamentos por parte da oposição. Papaléo Paes (PSDB-AP), por exemplo, afirmou que a matéria desrespeita a Constituição e recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contrária ao uso de MP para abertura de crédito extraordinário.

Mínimo

Outra medida provisória aprovada foi a 421/08, que elevou o salário mínimo de R\$ 380 para R\$ 415 desde 1º de março deste ano. Na discussão da matéria, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), considerou-a meritória, mas observou que poderia ter vindo por projeto de lei.

Os parlamentares também

cobram a extensão às aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social do reajuste dado ao salário mínimo.

Já aprovamos o projeto no Senado por unanimidade. Que a Câmara não traia os aposentados – questionou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que, pela primeira vez no Brasil, foi encaminhado um reajuste de salário mínimo com o apoio de todas as centrais sindicais.

A última MP aprovada ontem à noite foi a 423/08, que abriu crédito extraordinário, no valor global de R\$ 613,752 milhões, em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, para atender despesas de obras em rodovias federais e populações vítimas de chuvas e inundações.

Todas as matérias serão promulgadas pela Mesa do Congresso Nacional.

Acolhidos embaixadores para 11 países

O Plenário aprovou oito mensagens presidenciais indicando diplomatas para exercer cargos de embaixadores do Brasil junto a 11 países, à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para a embaixada do Brasil na República do Congo foi aprovado Affonso José dos Santos. O diplomata Fernando José Marroni de Abreu foi homologado para ocupar a embaixada brasileira na Jordânia. Para a embaixada do Brasil no México, foi aceito o diplomata

Sérgio Augusto de Abreu.

O nome da diplomata Maria Stela Pompeu Brasil Frota recebeu aprovação para ocupar os cargos cumulativos de embaixadora do Brasil na Suíça e no Liechtenstein. A indicação de Maria Nazareth Farani Azevedo para delegada permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra, também foi aceita. Para a OMC e outras organizações econômicas internacionais sediadas em Genebra, aprovou-se o nome do diplomata Roberto Carvalho de Azevedo.

Os senadores acolheram o nome de Clodoaldo Hugueneu Filho para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil na China, na Mongólia e na Coreia do Norte. Por sua vez, o diplomata Pedro Fernando Brêtas Bastos teve sua indicação para a Irlanda aprovada.

Concluindo a votação de autoridades, o Plenário aceitou o diplomata Ivan Oliveira Canabrava para exercer, cumulativamente, os cargos de embaixador junto à Bélgica e a Luxemburgo.

Acordo entre governo e oposição adia depoimento de Roberto Teixeira

Um requerimento do líder do DEM, José Agripino (RN), acolhido pela base do governo, adiou o depoimento do advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, marcado para ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O motivo do adiamento foi o fato de os outros convidados – Marco Antônio Audi, Marcos Haftel e Luiz Eduardo Gallo, sócios da Volo do Brasil – não terem comparecido à reunião. Os três enviaram ofício informando que estariam, no mesmo local e hora, prestando depoimento na 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o processo ligado à dissolução da VarigLog.

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), ficou incumbido de agendar nova reunião.

Apesar do adiamento, Teixeira distribuiu à imprensa documento em que apresenta explicações sobre o seu envolvimento na venda da Varig e da VarigLog para um fundo de investimentos norte-americano. Teixeira alega que o extinto Departamento de Aviação Civil (DAC) já havia aprovado a venda da VarigLog e que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reabriu o processo de autorização de venda.

Também ontem, a CI aprovou requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) convidando para depor o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, represen-



Foto de José Cruz

Roberto Teixeira deve depor em outra data, junto com sócios da Volo do Brasil

tantes dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), e o deputado estadual Paulo Ramos, do Rio de Janeiro. A CI aprovou ainda convites a Allemander Pereira, ex-diretor da Anac, requerido por Eduardo Azeredo (PSDB-MG); e a funcionários da Varig, por solicitação de Heráclito Fortes (DEM-PI).



Foto de Moreira Mariz

Marconi é contra criação da CSS

Marconi Perillo teme retorno da inflação

"Não há imposto mais perverso para o trabalhador do que o inflacionário", afirmou Marconi Perillo (PSDB-GO), dizendo temer a ameaça de retorno da inflação. O senador ressaltou que o aumento exagerado dos preços tem como consequência inflação mais alta. O antídoto normalmente usado é o aumento das taxas de juros, que, por sua vez, provoca retração econômica, inibição da geração de empregos e interrupção do crescimento.

Marconi disse ainda que a proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) é "um assalto aos cofres da sociedade, para que o governo possa contratar mais apaniguados".



Foto de Gerardo Maggela

Efraim requer explicações

Efraim defende verbas para oncologia na PB

O descrédito do setor de oncologia do Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, gerou críticas de Efraim Morais (DEM-PB). De acordo com o senador, o hospital não recebe os R\$ 190 mil mensais para o setor de oncologia desde janeiro.

Mesmo assim, por uma ação de voluntários, por uma ação dos próprios médicos, de funcionários daquele hospital, o Hospital Universitário não suspendeu o atendimento – salientou.

Efraim apresentou requerimento à Mesa pedindo informações ao Ministério da Saúde sobre o assunto.

Mesmo com forte oposição da OAB, substitutivo, "opção entre o ideal e o possível", é aprovado na CCJ com fins de regularizar débitos principalmente de estados e municípios, cujos precatórios já vencidos somam R\$ 70 bilhões



Como relator, Valdir Raupp (ao microfone) acata emenda que altera proposta do regime especial para dívidas em atraso

Nova regra para pagamento de precatórios passa na CCJ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta que altera as regras de pagamento dos precatórios em atraso. A matéria – um substitutivo elaborado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a partir de sete propostas de emenda à Constituição (PECs) – será enviada ao Plenário.

Precatórios são as dívidas da administração pública cujo pagamento foi determinado pela Justiça – ou seja, são as dívidas dos governos federal, estaduais e municipais definidas em sentença judicial. Segundo Raupp, os precatórios de estados e municípios em atraso somam R\$ 70 bilhões.

Entre as medidas previstas pelo substitutivo está a criação de um regime especial para o pagamento de precatórios atrasados. Nesse

regime, os devedores destinariam parte de sua receita corrente líquida para pagar tais dívidas: os estados e o Distrito Federal reservariam entre 0,6% e 2% dessa receita e os municípios, entre 0,6% e 1,5%.

Regime especial

O substitutivo estabelecia inicialmente que os recursos destinados para o regime especial seriam divididos entre pagamento de precatórios por meio de leilões de deságio (60%) e pagamento obedecendo ordem crescente de valor (40%).

Valdir Raupp, no entanto, acatou emenda dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Osmar Dias (PDT-PR) que acrescenta uma terceira modalidade de pagamento,

por ordem cronológica, como já ocorre atualmente. Assim, os valores reservados aos precatórios em atraso ficaram divididos da seguinte forma: 50% para os leilões, 30% para os de menor valor e 20% para a ordem cronológica. Segundo o relator, o prazo máximo para pagamento pelo regime especial será de 15 anos.

O substitutivo também prevê o uso de precatórios em atraso para compensação tributária e aquisição de imóveis públicos. Pelo texto, a correção dos precatórios passa a observar o índice oficial de inflação mais os juros da caderneta de poupança.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), admitiu que novas emendas poderão ser apresentadas durante a tramitação da matéria no Plenário.

Entre "o ideal e o possível", proposta recebe críticas e apoios

Durante os debates realizados pela CCJ sobre a alteração das regras para pagamento dos precatórios, vários senadores defenderam as mudanças, como o relator, Valdir Raupp, mas outros, como Alvaro Dias (PSDB-PR), adotaram os argumentos apresentados pela OAB de que o regime especial "legaliza o calote".

Para Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o texto "possui muitos pontos polêmicos" e de difícil compreensão. Demostenes Torres (DEM-GO) admitiu que as regras atuais são adequadas, mas ponderou que, no passado, não havia as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Já Valter Pereira (PMDB-MS) declarou que o substitutivo "é uma opção entre o ideal e o possível".

No final de maio, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu urgência para a aprovação do texto, afirmando que "há prefeituras cujas receitas vêm sendo seqüestradas e também há pequenos precatórios que não são pagos devido aos grandes

precatórios que travam a fila".

Diante do argumento apresentado pela OAB de que os percentuais fixados – que variam entre 0,6% e 2% da receita corrente líquida – são muito baixos, Raupp frisou que os precatórios em atraso terão de ser pagos em, no máximo, 15 anos.

– Injustiça é deixar como está. Nunca recebi visita de pequenos credores pedindo para deixar as regras sem alterações – comentou o relator, acrescentando que "a maioria dos precatórios de maior valor não está mais nas mãos dos credores originais, mas nas mãos de grandes escritórios".

No início do mês, o secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos, Gilberto Perre, declarou existir, atualmente, um mercado paralelo de precatórios no qual os credores venderiam as dívidas a terceiros "com grande deságio". Perre afirmou que quem "adquire os precatórios com deságios para lucrar estão interessados no insucesso da tentativa de mudança".

OAB continuará combatendo o texto, diz Brito

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito, com quem conversou sobre a proposta que altera as regras para o pagamento de precatórios.

– Essa PEC nos preocupa. Para nós, ela estabelece um calote da dívida dos estados com o cidadão e cria um mecanismo autoritário inaceitável num regime democrático. Essa proposta permite que o não-pagamento da dívida seja um instrumento político de chantagem. Fizemos valer esses argumentos na CCJ e vamos demonstrar isso mais uma vez em Plenário – afirmou Cezar Brito.

No encontro, eles falaram ainda sobre a violência que sacrificou três jovens detidos pelo Exército no Rio de Janeiro. Brito disse considerar que "o Exército não se confunde com aqueles que cometem crimes, mesmo fardados".

Jane Araújo

Proposta sobre crime na internet vai a Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem a proposta do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que trata dos crimes praticados por meio da internet. A matéria já havia sido acolhida em forma de substitutivo na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com o parecer favorável da CCJ, o texto agora vai a Plenário. A comissão acatou ainda requerimento para que a matéria tramite em regime de urgência.

A proposta tem o objetivo de combater, entre outros crimes, desde o chamado estelionato eletrônico até o acesso sem autorização a redes de computadores.

A CCJ não alterou o texto aprovado na CAE, que havia acatado cerca de 20 emendas do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Entre as emendas, está a que obriga o responsável pelo provimento de acesso à internet a manter, por três anos, os dados de endereçamento eletrônico da origem, hora e data, para possíveis investigações futuras, por requisição judicial.

Pedofilia

Outra emenda visa combater a pedofilia. A proposta objetiva punir o receptor que divulgar fotografias, imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. O substitutivo de Azeredo punia apenas quem produzisse, divulgasse ou vendesse o material pornográfico.

Outras modificações sugeridas por Mercadante na CAE visam punir quem divulgar ou utilizar indevidamente informações e dados pessoais, atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública, falsificar dados eletrônicos ou documentos públicos e inserir spams que venham a danificar equipamentos de terceiros, entre outras condutas.



Foto de Marcia Nolima

Autor do projeto, Azeredo quer combater o estelionato eletrônico

Objetivo é auxiliar Demostenes Torres e Justiça que elimina a exigência de d

Grupo de trabalho sobre projetos sob

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) criou ontem um grupo de trabalho para consolidar, juntamente com o senador Demostenes Torres (DEM-GO), os projetos sobre inelegibilidade de políticos. A iniciativa foi proposta após o adiamento da votação de duas propostas para disciplinar o tema que tramitam em conjunto, relatadas pelo senador por Goiás.

A recomendação de Demostenes Torres foi pela aprovação do projeto (PLS 308/05 – Complementar), defendido por Renan Calheiros (PMDB-AL), que elimina a exigência de decisão em última instância para a imposição da inelegibilidade. Demostenes propôs emenda para garantir a efetividade da medida a partir do pronunciamento da Justiça na primeira instância.

A votação foi adiada devido ao pedido de vista coletivo encabeçado pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS). O tema deverá voltar à pauta em 15 dias. O segundo projeto (PLS 231/06) sobre o mesmo tema, de autoria de Romeu Tuma (PTB-SP), foi rejeitado.

Sugestão do TSE

Demostenes Torres, que apresentou seis emendas ao texto, disse que a proposta torna inelegíveis candidatos condenados por crimes eleitorais, atos



Ao lado de Papalécio

CCJ aprova a criação de

A proposta do Executivo que cria 45.660 cargos técnico-administrativos e de professor em universidades federais e em instituições de educação profissional e tecnológica foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto (PLC 91/08), que também institui 7.597 cargos em comissão e funções gratificadas, tramita em regime de urgência e havia recebido parecer favorável da Comissão de Educação,

Anistia a policiais militares do Rio Grande do Norte

Foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania anistia aos integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte punidos por participar de movimento reivindicatório em 2007. O projeto, proposto pelos representantes do estado Garibaldi Alves (PMDB), Rosalba Ciarlini (DEM) e José Agripino (DEM), será enviado agora para exame da Câmara. Na justificativa da proposta (PLS 122/07), os autores argumentam que o movimento foi motivado pelo descumprimento, por parte do governo estadual, de acordo para implantação de plano salarial da PM.

Com de in

Projeto de Vânia (PSD) do cálculo dos estados os dos em in aprovado de Consti Cidadania na justific a medida cidade de dos estado direcionar infra-estr recursos h pagamento votado pel cos (CAE), O relato dor Tasso

, relator de proposta em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, decidiu em último turno para imposição da inelegibilidade

Trabalho consolidará regras sobre inelegibilidade



Marco Maciel e Garibaldi (E), Marco Maciel preside a reunião da CCJ

de corrupção, tráfico de drogas ou qualquer outro ilícito sujeito a pena superior a dez anos. O senador observou que a base do projeto foram trabalhos elaborados por juristas e técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em relação aos casos de rejeição de contas por parte dos tribunais de contas, o relatório mantém o princípio do texto original de que a inelegibilidade aplicada aos gestores só pode ser suspensa se houver acolhimento de recurso pela Justiça, mesmo por ato provisório (liminar) anterior à escolha do candidato em convenção.

Na hipótese de rejeição de contas, a inelegibilidade prolonga-se por cinco anos a partir da data da decisão do respectivo tribunal de contas. Demostenes aproveitou do projeto de Romeu Tuma a sugestão para que a inelegibilidade

seja aplicada a todas as pessoas que cometam ilícitos na administração de recursos públicos.

Emenda prevê o impedimento de candidatos depois da condenação pela Justiça Eleitoral, em decisão final, pelo prazo de oito anos a partir da eleição na qual os ilícitos tenham sido cometidos. São tipificados como crimes eleitorais a captação ilícita de votos ou de recursos de campanha e condutas vedadas a agentes públicos nesses

períodos.

A proposta em exame na CCJ altera a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). Demostenes observou que, depois de sucessivos adiamentos, chegou a hora da decisão.

Os senadores Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Maranhão (PMDB-PB) participaram do debate da proposta.

Wellington Salgado (PMDB-MG) manifestou preocupação com a aplicação da inelegibilidade antes de a Justiça oferecer sentença final em casos que envolvam candidatos. Demostenes respondeu que não está dando acolhida ao "denuncismo" no relatório ao projeto.

45 mil cargos em instituições de ensino

altura e Esporte (CE) na terça-feira. Já agora votado em Plenário.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o voto favorável da relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), foi lido pelo senador Luiz Mercadante (PT-SP). No texto, a lei destaca que os novos cargos vão permitir a ampliação da oferta de cursos superiores pelas universidades federais, além da criação de novas escolas técnicas. A senadora considera a aprovação

da proposição essencial para que famílias brasileiras possam ter asseguradas vagas para seus filhos em curso superior ou profissionalizante.

– A proposta, uma iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aperfeiçoada pela Câmara dos Deputados, viabilizará uma nova era para a educação profissional e superior do país – ressaltou Mercadante, relator *ad hoc* da proposta.

Comissão amplia a capacidade de investimento dos estados

da senadora Lúcia (PMDB-GO) que exclui o valor de despesas dos investimentos de infraestrutura foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e o Poder Judiciário. Segundo ela, a criação da matéria, amplia a capacidade de investimento dos estados, que poderão obter recursos para obras de infraestrutura a partir de recursos vinculados ao



Lúcia Vânia quer garantir mais recursos para obras de infraestrutura

de dívidas. O projeto será agora encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão definitiva.

Por sua vez, a proposta (PLS 392/07), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou

da reforma do Código de Processo Penal.

Marco Maciel anunciou também a realização de audiência pública em 1º de julho sobre mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente.



À mesa, Helinton José Rocha (E), Luciano Mazza, Neuto de Conto, Hélio Tolini e Haroldo Rodrigues da Cunha

Brasil poderá não retaliar os EUA no caso do algodão

Representante do Ministério das Relações Exteriores afirma, com respaldo de especialistas, que o importante é que os Estados Unidos cumpram suas obrigações

O BRASIL PODERÁ optar pela não-retaliação aos Estados Unidos caso eles cumpram a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, no último dia 2 de junho, deu ganho de causa ao Brasil na queixa que havia formulado contra a política norte-americana de subsídios aos produtores de algodão. A sinalização foi feita ontem pelo coordenador-geral de contenciosos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Luciano Mazza de Andrade, e endossada pelos demais especialistas no setor.

Eles participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizada para discutir ações do governo brasileiro após a decisão tomada pela OMC em favor do Brasil.

Em sua exposição, Luciano Mazza explicou que no próximo dia 20 será decidido o montante que o Brasil terá direito a receber dos Estados Unidos como indenização, além da modalidade de uma eventual retaliação. No entanto, como enfatiza o representante do Itamaraty, o importante é que os Estados Unidos cumpram suas obrigações com relação ao

mercado internacional de algodão e adaptem seu programa de subsídios às regras da OMC.

– O objetivo a ser alcançado é o cumprimento dessas obrigações. Se pudermos chegar a esse objetivo sem retaliar, acho que atingiremos um resultado mais adequado e satisfatório.

A mesma opinião tem o diretor de Programa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuario e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Helinton José Rocha. Para ele, o mais desejável é que os EUA reconheçam seus erros e mudem suas atitudes a respeito dos subsídios irregulares ao algodão.

– Se algum benefício maior puder ser gerado, que seja para toda a sociedade e para todo o setor [de algodão brasileiro], que precisa ser beneficiado por toda essa luta.

Benefícios

Converter a retaliação em benefícios diretos ao setor de algodão: essa é a posição do presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão

(Abrapa), Haroldo Rodrigues da Cunha, para quem o Brasil, depois da difícil vitória obtida na OMC, não pode simplesmente deixar de tomar uma atitude. Após fazer um balanço das dificuldades enfrentadas pelos produtores de algodão no país, Haroldo Cunha cobrou esforços para a recuperação da rentabilidade da atividade.

– O setor não está conseguindo sobreviver. Precisamos pensar um pouco mais proativamente para que possamos efetivamente ocupar um maior espaço no mercado e, assim, trazer mais divisas e empregos para o país – destacou.

Outro a defender a recuperação do mercado brasileiro de algodão foi o consultor externo da Abrapa, Hélio Tolini. Para ele, toda essa questão suscita um outro tema: o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Mesmo sendo contrário a uma retaliação, ele acredita que o Brasil precisa negociar em torno da vitória conquistada.

Deve ser decidido no próximo dia 20 o montante que o Brasil terá direito a receber como indenização

Neuto de Conto defende a retaliação

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), defendeu a retaliação aos Estados Unidos em valor estimado de US\$ 4 bilhões para que a decisão favorável ao Brasil na questão dos subsídios norte-americanos ao algodão não fique no esquecimento.

– O Brasil deve retaliar, caso contrário perderá o respeito perante as demais nações, pois, para muitos céticos, esta ação era um caso impossível de se obter uma vitória. Ganhamos uma batalha, mas a guerra é longa – ressaltou.

Para Gilberto Goellner (DEM-MT), ao colocar em xeque todo o programa de subsídios norte-americano, a Organização Mundial do Comércio abre oportunidade para que uma

eventual retaliação converta-se em benefícios ao mercado brasileiro de algodão.

– Retaliações comerciais que possibilitem benefícios à agricultura brasileira seriam bem-vindas e compatíveis com a realidade atual – afirmou Gilberto Goellner, autor do requerimento para a realização da audiência pública.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que 67% de toda a produção brasileira de algodão fica no mercado interno e apenas 33% é exportada.

– O Brasil tem que impor mais frente à política perversa da nossa exportação – disse, referindo-se às constantes quedas nas taxas de câmbio.

Augusto Botelho (PT-RR) informou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa) de seu estado está realizando vários estudos com o algodão “com resultados bastante satisfatórios”. O senador convidou os representantes do setor algodoeiro a investirem em Roraima.

A realização da audiência para discutir ações a serem tomadas pelo governo brasileiro após a decisão da OMC em favor de uma queixa apresentada pelo Brasil com relação aos subsídios norte-americanos ao algodão foi elogiada por Neuto de Conto. Segundo o presidente da CRA, debates como esses, ocorridos no âmbito do Senado, são importantes não só como instrumento de tomada de decisão, mas se constituem em excelente fonte de informação para os parlamentares e a sociedade em geral.

Líder do governo, Romero Jucá afirma que objetivo é discutir com tranquilidade e desatrelar tema das eleições municipais. Oposição reage e quer votar projeto até julho

Governistas decidem adiar novo "imposto do cheque"

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, informou após reunião de líderes que o governo resolveu deixar para depois das eleições municipais a votação do projeto (PLP 306/08, em discussão na Câmara), que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS). Ainda assim, Garibaldi se disse pessimista quanto ao êxito do governo na votação.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o adiamento servirá para que a matéria seja mais bem discutida. Ele entende também que, com a medida, o tema será desatrelado da eleição municipal.

– A oposição está com vontade de votar rapidamente o aumento de imposto. Nós não. Queremos discutir com tranquilidade; verificar, inclusive, se é compatível essa



Garibaldi ainda duvida da aprovação da contribuição

proposta com a reforma tributária; ouvir o ministro da Saúde; e votar no momento oportuno. Temos que ter a responsabilidade de discutir a matéria e construir uma solução que dê mais recursos para a saúde – argumentou.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ironizou Jucá e ponderou que, se a bancada governista tem tanto interesse nos recursos para a saúde, por que adiar a decisão

do Senado? Para ele, o governo já concluiu que a CSS será sepultada.

– O governo falou que precisava de fonte nova de financiamento para a saúde. E agora nos diz que não quer votar essa tal CSS antes das eleições. O que é que tem eleição a ver com a saúde? Nada. Nossa posição era apressar a votação para derrotá-la, porque entendemos que ela é desnecessária – explicou.

O líder do DEM, José Agripino (RN) continua defendendo a votação rápida da CSS.

– Nós estamos convidando o governo a destravar a pauta para que o projeto de criação da CSS tramite em regime de urgência até 17 de julho. E que se derrote a tentativa de aumentar a carga tributária do Brasil – defendeu.

Alvaro condena ameaça de criação de novo tributo

Alvaro Dias (PSDB-PR) discordou da proposta do líder do governo, Romero Jucá, de votar a criação da CSS após as eleições municipais de outubro. O texto-base do projeto que institui a contribuição já foi aprovado pela Câmara com diferença favorável de apenas dois votos.

– Não concordamos com isso. Criamos um clima de insegurança com essa ameaça permanente de se criar um novo imposto. Isso não é bom para a economia. Desde que sepultamos aqui a CPMF, o governo discute a criação de novo imposto para substituí-la. Protelar a votação para obter os votos necessários é também um escárnio – disse.



Para Alvaro, a não votação da CSS cria insegurança para a economia



Virgílio tem solução regimental que viabiliza análise até julho

Arthur Virgílio propõe acordo para votar CSS

Depois da reunião de líderes, o senador Arthur Virgílio voltou a propor a votação imediata da matéria em Plenário, com dispensa do parecer das comissões do Senado, desde que haja consenso entre os líderes partidários sobre o texto.

A intenção do governo federal é criar um mecanismo de financiamento à saúde que substitua a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), cuja proposta de prorrogação até 2011 foi rejeitada pela Casa, em dezembro de 2007.

Governo age contra os aposentados, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou a situação dos aposentados, "prejudicados pela falta de vontade do governo em aprovar a proposta de reajuste das aposentadorias pelo índice do salário mínimo em 2009, que é de 5,4%".

O parlamentar mencionou o movimento dos aposentados na Câmara, "mendigando" a inclusão na pauta daquela Casa da emenda do Senado ao projeto (PLC 42/07) de valorização do salário mínimo de 2008 a 2023. A emenda de Paulo Paim (PT-RS) estende o percentual de reajuste e a mesma política de valorização do mínimo aos beneficiários da Previdência.



Mário Couto pede equiparação de benefícios do INSS ao salário mínimo

Orçamento: Serys apresenta relatório final da LDO 2009

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), relatora do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009, entregou ontem em Comissão Mista de Orçamento (CMO) seu relatório final.

Todas as 213 emendas coletivas apresentadas foram acatadas pela relatora. Com relação às emendas individuais, de um total de 1.308 apresentadas, apenas 278 foram rejeitadas. O referencial financeiro para ações decorrentes de emendas de bancada ou de comissão foi quatro vezes maior – R\$ 80 milhões – que o das individuais – R\$ 20 milhões.

A relatora acolheu ainda ações individuais de maior frequência, como ações coletivas de oito estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) que não apresentaram o primeiro tipo de emendas.

Como forma de fortalecer a iniciativa dos parlamentares, Serys procurou acatar o maior

número de emendas possível, de modo que todos os senadores tiveram pelo menos uma de suas emendas admitidas, e apenas 15 dos 279 deputados que apresentaram emendas não tiveram nenhuma proposta aceita.

Dando prioridade a temas de relevância social, o relatório de Serys não reduziu as propostas constantes do projeto original encaminhado pelo governo ao Congresso relacionadas às áreas de saúde, assistência social, meio ambiente, criança e adolescente, mulheres, idosos e índios.

O texto alterou ainda o valor do salário mínimo para o próximo ano, previsto pelo Executivo em R\$ 449,97, para R\$ 453,67.

A CMO aprovou também o relatório do deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), do Comitê de Admissibilidade de Emendas. Ele rejeitou apenas 84 das 2.952 emendas apresentadas pelos parlamentares. Das aceitas, 82 foram admitidas sob a condição de sofrerem adequações.



Serys, entre Eliseu Padilha (E) e Mendes Filho, na CMO. À direita, Delcídio Amaral

Paim comemora anúncio de mínimo acima de R\$ 453

A fixação do valor do salário mínimo em R\$ 453,67 no relatório da senadora Serys Slhessarenko ao projeto da LDO para 2009 foi comemorada por Paulo Paim (PT-RS), em Plenário.

O senador voltou a defender que o reajuste dos beneficiários de aposentados e pensionistas acompanhe a política de valorização do salário mínimo. Paim informou ter apresentado emenda à LDO 2009 nesse sentido, e pediu à relatora Serys que a acolhesse.

– Essa emenda foi aprovada por unanimidade nas comissões e está na mão agora da senadora Serys. Aqui da tribu-

na faço este apelo a ela, para que acate essa emenda. É uma emenda que apenas garante que, quando for discutida a política de salário mínimo, já estará previsto, na peça orçamentária, que os aposentados receberão o mesmo reajuste – assinalou.

Em apartes, os senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Tião Viana (PT-AC) elogiaram o colega pela constante defesa de aposentados e pensionistas. Mário Couto sugeriu a criação do Grupo de Proteção Parlamentar aos Aposentados (GPPA). Tião Viana afirmou ser dever do Poder Executivo dar atenção à proposta de Paim.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Tião Viana • Papaléo Paes • Jefferson Praia

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Raupp destaca hidrelétrica no rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou a importância do contrato de concessão para a primeira geradora hidrelétrica a ser construída no rio Madeira, em Rondônia: a usina de Santo Antônio. O contrato foi assinado em 12 de junho pelo presidente Lula.

Segundo Raupp, o empreendimento entrará em operação comercial em 2012 e gerará, quando concluído, 3.150 megawatts.

O senador esclareceu que essa energia equivale à quantidade que o país tem de acrescentar ao sistema energético, anualmente, para sustentar o aumento previsto na demanda e o crescimento econômico.

O valor dos investimentos na obra é de cerca de R\$ 9,5 bilhões, dos quais parcela significativa será gasta na compra de bens e de serviços no Brasil.

Valdir Raupp informou que o leilão de Santo Antônio levou a um deságio de 35% sobre o preço base, definido em R\$ 122, representando a redução do custo Brasil.

Valter Pereira celebra 93 anos de Três Lagoas

Valter Pereira (PMDB-MS) saudou os 93 anos de emancipação política de Três Lagoas (MS). Ele lembrou a história da cidade, onde nasceu o falecido senador Ramez Tebet, de quem Valter Pereira era suplente.

A cidade se consolidou como passagem obrigatória de pessoas e de bens que se destinavam a São Paulo através da ferrovia, inaugurada em 1908.

– Pelos trilhos do Nordeste do Brasil, Três Lagoas ganhou projeção. Seus produtos puderam chegar a outros estados e países, gerando emprego e renda – comentou Valter Pereira.

Ele afirmou que irá manter a luta de Tebet pelo desenvolvimento da cidade e ressaltou o desempenho da prefeita Simone Tebet, filha do ex-senador, que acabou com a epidemia de dengue e promoveu a educação e a infra-estrutura urbana.



Valter Pereira

Foto de Gerardo Magella

Relatório final de Renato Casagrande é aprovado por unanimidade pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. Texto sugere práticas de consumo consciente

Comissão propõe fundo mundial para meio ambiente

A COMISSÃO MISTA Especial de Mudanças Climáticas aprovou ontem, por unanimidade, o relatório final elaborado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), contendo 51 recomendações gerais. O colegiado também aprovou requerimento do deputado Sarney Filho (PV-MA), que será encaminhado à Mesa do Congresso, com a finalidade de prorrogar as atividades da comissão. Entre as sugestões estão a criação de uma comissão

permanente no Congresso para tratar do tema, a instituição de um fundo mundial ambiental e incentivo a práticas de consumo consciente.

As recomendações dirigem-se aos governos federal, estaduais e municipais e contemplam sugestões de medidas setoriais relacionadas a florestas, energia, mercado de carbono, agricultura, recursos hídricos, zonas costeiras, Cerrado, educação ambiental, institutos de pesquisa, bem como a transporte, saneamento e meio ambiente urbano. O documento registra as atividades da comissão a partir de sua instalação, em 13 de

março do ano passado. Foram realizadas audiências públicas com representantes de vários segmentos sociais, como universidades, institutos de pesquisa, área governamental e setores organizados da sociedade civil.

O relatório propõe ainda a criação, no âmbito do Congresso, de comissão mista permanente sobre mudanças climáticas, alegando que os problemas relacionados a mudanças climáticas exigem soluções coordenadas e de longo prazo.

Entre as propostas, a criação de um fundo mundial ambiental com recursos de operações de importação de produtos para fi-

nanciar projetos ambientais nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O documento também sugere ao governo a formulação da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

O texto incentiva a adoção de práticas de consumo consciente, para reduzir a influência individual sobre o meio ambiente; incentiva o uso do transporte público, deslocamentos a pé e de bicicleta; estimula a economia de água e de energia; e propõe a criação de programas que aumentem a participação de fontes renováveis – eólica, solar e biomassa – na matriz energética brasileira.



À mesa com o deputado Ricardo Tripoli, presidente da comissão, Casagrande (E) lê relatório

Mércia Kallume

Marina preside Subcomissão do Fórum das Águas

A Subcomissão Temporária do Fórum das Águas das Américas e Fórum Mundial da Água, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), escolheu ontem a senadora Marina Silva (PT-AC) para substituir Sibá Machado (PT-AC) em sua presidência. Sibá Machado, que é suplente de Marina Silva, foi escolhido em abril para presidir a subcomissão. Durante a reunião, foi apresentado a Marina Silva o roteiro de atividades elaborado pela relatora da subcomissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

O colegiado foi criado com o intuito de acompanhar as atividades do Fórum das Águas das



Marina Silva recebe roteiro de atividades

Américas, que deverá se realizar em novembro deste ano em Foz do Iguaçu (PR), e do 5º Fórum Mundial da Água, que deverá ocorrer em Istambul, na Turquia, em março do próximo ano.

Além de Marina Silva e da relatora, estavam presentes o vice-presidente da subcomissão,

Foto de Mércia Kallume

Renato Casagrande (PSB-ES), e Leomar Quintanilha (PMDB-TO). No cronograma elaborado pela relatora Marisa Serrano, estão previstas duas audiências públicas, que deverão ocorrer ainda este mês. A primeira será em Brasília e destina-se ao debate de alternativas de combate à seca no Nordeste, enquanto a segunda audiência deve ocorrer em Campo Grande, tendo como tema os trabalhos de conservação e preservação do Pantanal.

No segundo semestre, a subcomissão deve se reunir com integrantes das delegações que representarão o Brasil em um ciclo de fóruns internacionais que se inicia em setembro.

Jarbas Vasconcelos quer proteger agências de aparelhamento político

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu atenção ao que ocorre nas agências reguladoras para defendê-las “do aparelhamento político e da vocação autoritária do governo”. Ele assinalou que as denúncias de tráfico de influência na venda da Varig expuseram a face mais atrasada do governo do PT.

O parlamentar afirmou que, no escândalo do mensalão, teria ficado evidente o uso de empresas públicas pelo PT em uma trama que arrastou para a lama empresas estatais,

como Furnas, Banco do Brasil e Correios, usadas como fonte de financiamento espúrio da base governista.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o presidente Lula não aceita que o poder estatal conferido às agências se destine à consecução dos objetivos e das funções a elas atribuídas.

– O governo, para atender a seus apaniguados, permite atitudes esdrúxulas carregadas da desonestidade – criticou.

Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou inaceitável a defor-



Jarbas acusa o PT de usar estatais como fonte de financiamento

mação das agências e ponderou que, ou o governo repensa a maneira de conduzi-las, ou seria melhor extingui-las.

– O governo insiste em colocar nas agências pessoas que se afinam com suas propostas.

Mércia Kallume

Exedito pede regularização fundiária

Na visita que fez a Rondônia, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, apesar de não criticar a Operação Arco de Fogo, que custou quase R\$ 300 milhões para coibir o desmatamento ilegal, citou a necessidade de utilizar instrumento semelhante para a regularização das terras da região.

A observação foi feita pelo senador Exedito Júnior (PR-RO), que enalteceu o trabalho de Unger, ao dizer que “há uma política de inteligência voltada para a região amazônica”.

Exedito também elogiou a iniciativa do governo de pagar incentivo financeiro a pequenos agricultores extrativistas que preservam a floresta e pediu a aprovação de projeto (PLS 64/08) de sua autoria que estende a ajuda a seringueiros e extrativistas.

O senador também pediu celeridade na votação da PEC 13/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que “devolve aos estados a possibilidade de criar mais municípios”.



Exedito Júnior

Foto de Gerardo Magella

Isonomia para militares de ex-territórios

Exedito Júnior sugeriu que a medida provisória (MP 426/08) que concedeu reajuste salarial a integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal não seja votada enquanto não for concedido reajuste aos servidores militares e bombeiros dos ex-territórios (Rondônia, Roraima e Amapá), que, pela lei, teriam isonomia.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) recordou que foi feito acordo com o governo para que o Congresso aprovasse uma MP que beneficiava só os militares do DF e que uma próxima MP ou projeto estenderia o benefício aos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios.

– Acho muito difícil que passe no Senado essa medida provisória de reajuste dos salários das Forças Armadas se não forem incluídos os servidores militares e bombeiros dos ex-territórios – afirmou Valdir Raupp (PMDB-RO), com o apoio de Geovani Borges (PMDB-AP).

Garibaldi Alves debate com Naruhito, o príncipe herdeiro, temas como a imigração e a contribuição dos japoneses ao desenvolvimento do Brasil

Congresso recebe príncipe do Japão, sem protocolo

O PRÍNCIPE HERDEIRO do Japão, Naruhito, foi recebido ontem à tarde no Congresso Nacional. A visita ocorreu no primeiro dia da viagem do príncipe ao Brasil, por ocasião do centenário da imigração japonesa.

Naruhito e uma comitiva de 50 pessoas, entre autoridades, integrantes do teatro popular japonês e personalidades de destaque na comemoração da data, como a Miss Centenário da Imigração Japonesa, Adriana Inagaki, chegaram ao Salão Negro conduzidos por membros do cerimonial da Presidência do Senado, por volta das 15h. Foram recebidos pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, e por um grupo de senadores, entre eles Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional (CRE).

Na audiência realizada no Salão Nobre, foram debatidos temas como a imigração e a contribuição do povo japonês ao desenvolvimento do Brasil, de acordo com Garibaldi.

– Os japoneses trouxeram uma contribuição muito grande para a agricultura, inicialmente. Depois, enveredaram para a ciência, para a cultura, e houve uma diversificação muito grande. Disse a ele [ao príncipe] que em vários recantos do país, hoje, estamos comemorando esses 100 anos de imigração – declarou o presidente do Senado.

À vontade

As rígidas recomendações de polidez do protocolo imperial japonês não impediram que Naruhito fosse amplamente fo-

tografado e acompanhado por jornalistas durante todo o percurso. Na avaliação de Garibaldi, não houve protocolo nenhum, mas ele considerou que o príncipe se sentiu “inteiramente à vontade”.

Após se despedir de Garibaldi, o príncipe herdeiro foi conduzido pelo presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, ao Plenário daquela Casa, onde foi realizada sessão solene em homenagem ao centenário da imigração japonesa. Na manhã de ontem, a comitiva imperial foi recebida pelo presidente Lula. A viagem do príncipe Naruhito ao Brasil deverá durar 11 dias. Ele pretende visitar ainda as cidades de São Paulo e Santos (SP); Londrina, Rolândia e Maringá (PR); Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ).



Acompanhado de senadores, Garibaldi Alves (4º à dir.) recebe o príncipe Naruhito (E) e comitiva

Azeredo lê carta de Garcia e renova crítica às Farc

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) tornou pública uma carta enviada pelo assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio Garcia, em resposta a pronunciamento que fez na semana passada, em que saudou a mudança de opinião do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Na oportunidade, Azeredo disse que as Farc são uma ameaça à paz na América Latina e que o governo brasileiro tem sido leniente com terroristas. O senador afirmou que seria bom se Marco Aurélio Garcia também refizesse sua opinião

e considerasse as Farc um grupo terrorista e não um grupo de oposição.

Na carta, relatou Azeredo, o assessor especial de Lula informa que o governo se absteve de classificar grupos políticos, com exceção da Al Qaeda. O assessor explica que essa postura decorre do fato de o governo não ser uma agência de classificação e acrescenta que a posição do governo não pode ser confundida com neutralidade. Marco Aurélio Garcia afirma ainda que ele submete “rigorosamente” suas atividades às orientações da política externa brasileira.

Azeredo ressaltou que nada, em seu discurso, pode ser rela-

cionado com as explicações de Garcia. O senador lembrou que, em seu pronunciamento, classificou as Farc como terroristas e pediu que o governo fizesse o mesmo, a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, agora, do presidente Hugo Chávez. Ele assinalou que tem uma história de 20 anos na vida pública e fala em nome de 4,2 milhões de eleitores de Minas Gerais, acrescentando que Garcia não é ministro das Relações Exteriores, mas um assessor da Presidência da República.

– As Farc significam uma real ameaça à paz na América do Sul. Não é, de maneira alguma, uma discussão pessoal.



CCT acata proposta que proíbe compra de imagens de pedofilia com cartões

Projeto que coíbe pornografia infantil é aprovado em comissão

As empresas de cartões de pagamento poderão ser proibidas de autorizar operações de crédito ou débito decorrentes do uso da internet para participação em jogos de azar ou loterias não autorizadas e para o acesso a sites que contenham qualquer tipo de pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

A proibição consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta (PLS 121/08), de Magno Malta (PR-ES), será ainda examinada pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta foi aprovada com três emendas apresentadas pelo relator, Romeu Tuma (PTB-SP).

– A aprovação deste projeto vem ao encontro da decisão da CPI da Pedofilia, que vai apre-

sentar projeto definindo esse tipo de crime – disse Tuma, durante a discussão da matéria.

O senador Gim Argello (PTB-DF), que presidiu a reunião da CCT, também elogiou o projeto.

A comissão aprovou também requerimento apresentado por Tuma para a realização de audiência pública sobre as interferências de emissões de rádios piratas em comunicações ligadas ao controle de tráfego aéreo. Foi igualmente acolhido voto apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator *ad hoc* da matéria, pelo conhecimento de comunicação (Aviso 15/08) feita pela Araté Editorial S/A, de alteração de seu controle societário.

A CCT aprovou ainda, em decisão terminativa, dez projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados.

Desenvolvimento da indústria nuclear será tema de audiência

O atual estágio do desenvolvimento da indústria nuclear brasileira será tema de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Requerimento com esse objetivo – de Romeu Tuma (PTB-SP), subscrito por Flávio Arns (PT-PR), Augusto Botelho (PT-RR) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE) – foi aprovado ontem na comissão, depois da leitura de um pronunciamento sobre o tema feito pelo ministro Marcos Vinícios Vilaça no Tribunal de Contas da União (TCU), em maio.

Enviado à CCT pelo presidente do TCU, Walton Alencar Rodrigues, o pronunciamento de Vilaça adverte para os riscos de atraso no desenvolvimento do programa nuclear. Após visita à fábrica de combustível nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (RJ), o

ministro do TCU observou que o Brasil dispõe da “cobiçada” tecnologia para o enriquecimento de urânio 235, mas que não a aplica em escala industrial por falta de investimentos ao longo dos últimos anos. Vilaça informa que, com investimentos de R\$ 120 milhões a R\$ 150 milhões por ano, o Brasil seria auto-suficiente em 2014 e poderia suprir as necessidades de até cinco novas usinas nucleares.

Tuma sugeriu a inclusão, no debate, da questão da produção de insumos de uso hospitalar baseados em tecnologia nuclear.

Augusto disse que o presidente Lula se comprometeu com o investimento de R\$ 130 milhões anuais no programa nuclear. O senador alertou, porém, para o envelhecimento dos cientistas envolvidos no programa e considerou necessárias medidas para atrair novos pesquisadores.

Mercadante critica ações do Parlamento Europeu contra imigrantes

Voto de censura ao Parlamento Europeu e ao governo da Espanha por decisões adotadas em relação aos imigrantes foi requerido por Aloizio Mercadante (PT-SP).

O Parlamento Europeu aprovou ontem projeto que estabe-

lece a prisão por até 18 meses e a expulsão de imigrantes ilegais. Já o governo da Espanha, de acordo com o senador, planeja criar mecanismos para remover imigrantes brasileiros do país, mesmo os legalizados.

– É um retrocesso político não

considerar os imigrantes ilegais como parte de um problema social e da diplomacia internacional e criminalizar os imigrantes como está se fazendo agora – comentou o senador a respeito da União Européia.

Sobre o governo espanhol,

Mercadante lembrou que a Espanha enviou ao Brasil em torno de 800 mil imigrantes, que foram bem acolhidos pela sociedade e pelo Estado.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) associaram-se ao requerimento.



Foto de Mécia Kallume